

APROVADO
EM 1ª VOTAÇÃO
À Secretaria para providenciar.
Caçu, 09/04/1997
PRESIDENTE



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU

APROVADO
EM 2ª VOTAÇÃO
À Secretaria para providenciar.
Caçu, 11/04/1997
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 11 /97, DE 31 DE março DE 1997

REGISTRO
FLs. 69 DO LIVRO Nº. 16
CAÇU 13/06/97
Jucivanda

Cria o Conselho Municipal de Alimentação Escolar do Município de Caçu, Estado de Goiás e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU, Estado de Goiás, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE, órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento, de caráter permanente no âmbito municipal, para atuar nas questões referentes à municipalização da merenda escolar.

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE:

I - fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à Merenda Escolar;

II - elaborar o Regimento Interno do COMAE;

III - participar da elaboração dos cardápios do Programa da Merenda Escolar, respeitando os hábitos alimentares da localidade se a vocação agrícola é a preferência pelos produtos "in natura";

IV - promover a integração de instituições, agentes da comunidade e órgãos públicos, a fim de auxiliar a equipe da Prefeitura Municipal, responsável pela execução do Programa da Merenda Escolar, quanto ao planejamento, acompanhamento, controle e avaliação da prestação dos serviços da merenda escolar;

V - realizar estudos e pesquisas do impacto da merenda escolar, entre outros de interesse deste Programa;

VI - acompanhar e avaliar o serviço da merenda escolar nas escolas;

VII - apreciar e votar, em sessão aberta ao público, o Plano de Ação da Prefeitura sobre a gestão do Programa da Merenda Escolar, no início do exercício letivo, e a prestação de contas anual a ser apresentada ao Órgão Concedente (FAE), ao final do exercício;

VIII - colaborar na apuração de denúncias sobre irregularidades no Programa da Merenda Escolar, mediante encaminhamento à instância competente, para apuração, dos eventuais casos de que tomar conhecimento;

IX - apresentar à Prefeitura Municipal, proposta de recomendações de como devem ser prestados os serviços de merenda escolar no município, adequada à realidade local e as diretrizes de atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE;

X - divulgar a atuação do COMAE, como organismo de controle social e de apoio à gestão municipalizada do Programa da Merenda Escolar;



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU

XI - zelar pela efetivação e consolidação da descentralização do Programa da Merenda Escolar, no âmbito deste município.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE terá a seguinte composição:

- I - dois representantes da Secretaria Municipal de Educação;
- II - dois representantes dos professores;
- III - dois representantes de pais e alunos;
- IV - dois representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- V - dois representantes dos trabalhadores no comércio;
- VI - dois representantes de outras entidades da sociedade civil.

§ 1º - Cada membro titular terá um suplente da mesma categoria representada.

§ 2º - Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.

§ 3º - A indicação de representantes da sociedade civil é privativa das respectivas bases, entidades ou segmentos sociais.

§ 4º - O presidente do COMAE será definido em reunião prévia ao ato de nomeação de seus membros.

§ 5º - A nomeação dos membros do COMAE será formalizada por ato do Executivo Municipal.

Art. 4º - O exercício do mandato de Conselheiros é considerado serviço público relevante, e não será remunerado.

Art. 5º - Os Conselheiros que faltarem, sem justificção, a 3 reuniões consecutivas ou 5 reuniões intercaladas, serão excluídos do COMAE e substituídos pelos respectivos suplentes.

Art. 6º - Os membros do COMAE terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução pelo menos uma vez.

Art. 7º - O COMAE reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente na forma que dispuser seu Regimento Interno.

§ 1º - Todas as reuniões do COMAE serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

§ 2º - As resoluções do COMAE serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

Art. 8º - O Regimento Interno do COMAE será elaborado e aprovado pelos seus membros, no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta Lei.

- * § Único - O Regimento Interno do COMAE deverá, no mínimo, conter:
- I - sobre as reuniões: forma de convocação, periodicidade, quem preside, prazo para convocação, quorum para instalação das reuniões e das votações;
 - II - procedimentos para as sessões e as votações;
 - III - sobre os membros: composição por categoria, competências, substituições, faltas e exclusões, prazo dos mandatos;
 - IV - forma de exercício da Presidência.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU

Art. 9º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial mediante decreto, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para promover as despesas com a instalação do COMAE, obedecidas as prescrições contidas nos incisos I a IV do § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇU, Estado de Goiás, em
31 de março de 1997.

RUI ALVES MARTINS
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA: Conforme o disposto no Art. 2º da Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, que dispõe sobre a descentralização da merenda escolar em âmbito nacional, fica estabelecido que os recursos destinados a programas de alimentação escolar "só serão repassados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que tenham, em funcionamento, Conselho de Alimentação Escolar, constituídos por representantes do órgão de administração da educação pública, dos professores, dos pais e alunos, de trabalhadores, podendo também incluir representantes de outros segmentos da sociedade civil".

Prefeito Municipal



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Caçu

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Projeto de Lei nº 11/97, de 31/03/97.

Autoria: Chefe do Poder Executivo

Cria o Conselho Municipal de Alimentação Escolar do Município de Caçu, Estado de Goiás, e dá outras providências.

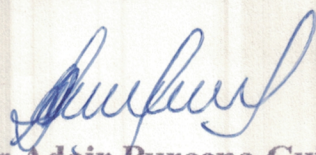
RELATÓRIO:

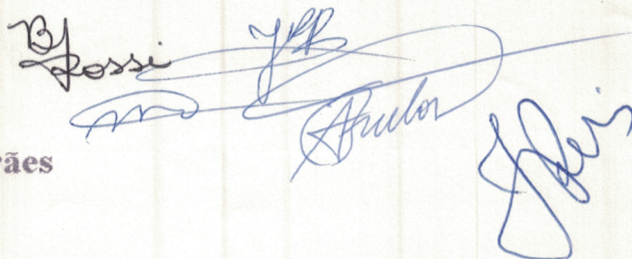
O Projeto visa a criação do COMAE deste Município, para atuar nas questões referentes a municipalização da Merenda Escolar, atendendo exigência legal, recebendo o mesmo atribuições inerentes a este mister, para o que tornou-se necessária a abertura de crédito especial para cobrir despesas de instalação e funcionamento do COMAE, tudo isso dentro do aspecto legal e constitucionalmente exigido.

Concluiu a Comissão, portanto que o mesmo preenche os requisitos legais e constitucionais pelo que, emite Parecer Favorável à aprovação.

É O PARECER.

SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU, aos 04 dias do mês de abril de 1997.


Vereador Adair Purcena Guimarães
- Relator -





ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Caçu

Comissão de Finanças, Orçamento e Economia.

Projeto de Lei nº 11/97, de 31/03/97.

Autoria: Chefe do Poder Executivo

Cria o Conselho Municipal de Alimentação Escolar do Município de Caçu, Estado de Goiás, e dá outras providências.

RELATÓRIO:

O Projeto em tela, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, tem o objetivo de criar o Conselho Municipal de Alimentação Escolar para atuar nas questões referentes à municipalização da merenda escolar.


Com a criação do Conselho será possível os membros do Conselho fiscalizarem e controlarem a aplicação dos recursos destinados à Merenda Escolar.

O referido Projeto, já analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a qual emitiu Parecer Favorável à aprovação da matéria, atende aos requisitos pertinentes a esta Comissão, pois o mesmo somente abrirá no orçamento do corrente exercício um crédito especial de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o que não irá acarretar prejuízos ao Poder Público, pois o referido crédito será usado apenas para cobrir despesas da instalação e funcionamento do COMAE, especialmente aquelas relacionadas a convocação e divulgação de todas as atividades do Conselho.

Por estas razões, resta-nos emitir Parecer Favorável à aprovação da propositura em epígrafe, por a mesma ser compatível com as finanças municipais.

É O PARECER.

SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU, aos 07 dias do mês de abril de 1997.


Vereadora Beatriz Franco Rossi
- Relatora -



Rua Sena e Melo, 248-Centro-Telefone (062) 656-1348



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Caçu

Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social.

Projeto de Lei nº 11/97, de 31-03-97.

Autoria: Chefe do Poder Executivo

Cria o Conselho Municipal de Alimentação Escolar do Município de Caçu, Estado de Goiás e dá outras providências.

RELATÓRIO:

A criação do Conselho Municipal de Alimentação Escolar atende ao disposto no art. 2º da Lei nº 8.913, que dispõe sobre a descentralização da merenda escolar em âmbito nacional, a qual estabelece que os recursos destinados a programas de alimentação escolar só serão repassados aos Municípios que tenham em funcionamento o referido Conselho.

Após estudo minucioso sobre a matéria, a Comissão de **Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social** declara-se **favorável** à aprovação da propositura em epígrafe, por ser a mesma, muito importante para o desenvolvimento da Educação e Saúde dos alunos das Escolas do nosso Município.

É O PARECER.

SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU, aos 09 dias do mês de abril de 1997.

Vereadora  **Maria Concebida de Freitas**
- Relatora -

